

Resenhas

PINO, Angel. *As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez, 2005, 301 p.

O autor discute a tese de Vigotski de como ocorre o desenvolvimento cultural da criança no processo de transformação da sua natureza, constitutiva da condição biológica que, sob a ação da cultura, faz da criança um ser humano, cultural. O homem é a única espécie que consegue transformar a natureza para criar seu próprio meio em função de objetivos definidos por ele próprio. Ao fazê-lo, transforma-se assumindo o controle da própria evolução, ou seja, da história propriamente dita. Essa é a visão de mundo que Vigotski nos apresenta e que explica por que o eixo de suas análises tem como fundamento a natureza e a cultura, definidoras do fundamento da história e expressas nos dois tipos de

funções psicológicas por ele estudadas: as elementares e as superiores.

Pino explicita que o contexto teórico da obra e a visão de homem nele implicada mostram um Vigotski que entende o desenvolvimento psíquico como desenvolvimento cultural. Sustenta a investigação apresentada nesse livro no conjunto de idéias propostas por Vigotski, em especial duas delas referentes ao estudo do desenvolvimento cultural da criança. A *primeira* explicita que o ser humano é constituído por uma dupla série de funções: as *naturais*, biológicas, e as *culturais*, históricas. Essas duas funções fundem-se dialeticamente a ponto de constituírem um sistema complexo. As funções biológicas transformam-se sob a ação das culturais sendo as culturais o suporte necessário das biológicas. A *segunda* é que a emergência das funções culturais no ser humano segue uma certa lei denominada “lei genética geral do desenvolvimento cultural”, explicitada por Vigotski quando diz que no desenvolvimento cultural da criança cada

função aparece em cena duas vezes: no plano social e no plano pessoal, isto é, aparece primeiro entre pessoas (categoria interpsicológica) para depois aparecer no interior da criança (categoria intrapsicológica). As funções culturais (ou funções superiores) surgem a partir da progressiva inserção da criança nas práticas sociais do seu meio cultural, nas quais, pela mediação do Outro, vai adquirindo a forma humana. Tais funções culturais inscrevem-se na história social dos homens e são o resultado de uma conversão das funções das relações sociais ocorridas na esfera pública em funções dessas mesmas relações, agora na esfera privada. No entanto, o que é objeto de transposição de um plano para outro, a significação, não é de natureza física mas semiótica. Tal idéia de mudança, transposição, conversão implica pensar na existência, segundo Pino, de um *momento zero cultural* que se situaria entre esses dois tempos. Tal momento conduz à questão das origens da constituição cultural da criança, tema de estudo do autor, e que o leva

a pensar a necessidade de procurar *indícios* que sejam prova empírica dessas origens. Pressuposto que implica a idéia de um duplo nascimento: um biológico e um cultural. Vigotski, ao trabalhar com a relação entre funções biológicas e funções culturais, faz da cultura a categoria central de uma nova concepção de desenvolvimento psicológico do homem e traduz a síntese da relação natureza/cultura, elemento do pensamento marxista que o orienta.

Pino propõe-se a detectar, nos primeiros meses de vida da criança, indícios da existência de um processo de transformação das funções naturais ou biológicas em funções culturais, processo que poderia constituir os primórdios do nascimento cultural do homem. Indícios esses que dariam visibilidade aos efeitos concretos da ação da cultura, pela mediação social do Outro, sobre a natureza biológica da criança. Esse Outro, nesse momento inicial, seria o entorno familiar e o universo social dessa criança.

A grande diferença entre o ser humano e o animal é que é próprio do homem conferir a todas as funções uma significação, o que dá às atividades biológicas uma dimensão simbólica. Atribuir significado a algo é produzir cultura e tornar esse algo humano. A cultura é, ao mesmo tempo, condição e o resultado da emergência do homem como ser humano. Pino discute o conceito de cultura e suas significações nas teorias sociológicas, antropológicas entre outras, e chama-nos a atenção para o fato de que todas se referem à idéia de *produção humana*, material ou mental. Dessa forma, chega à discussão do conceito de cultura na obra de Vigotski. A afirmação desse autor de que toda função mental superior foi externa, social, antes de ser interiorizada remete ao conceito de cultura e também à necessidade de pensar sobre outros conceitos pouco explicitados por ele em sua obra – como os de “função”,

“relações sociais” e “conversão”, estreitamente relacionados à transformação das funções biológicas em funções culturais.

No entanto, como essa *passagem* só ocorre pela simbolização dada pelo Outro e estando nesta implicada a questão da semiótica, Pino propõe-se a discutir a concepção de signo de Vigotski e a função que este desempenha na constituição cultural da criança. Apresenta então a teoria semiótica e suas vertentes, em especial a de Saussure e a de Pierce, esta última considerada por ele como tendo um conceito de signo semelhante ao trabalhado por Vigotski. A questão semiótica, segundo Pino, constitui uma espécie de núcleo central das idéias desse autor em razão de sua proximidade com a literatura, o teatro e as artes e sua necessidade de encontrar uma explicação para a natureza social e cultural das funções mentais superiores. Nessa busca Vigotski encontra na mediação instrumental da teoria do trabalho social de Marx a referência para operar com a mediação semiótica no plano psicológico. Pino ressalta que essa foi a grande descoberta de Vigotski: trabalhar com a natureza e função do signo em paralelo com a natureza e função do instrumento na teoria do trabalho social de Marx e Engels. Nesse contexto teórico, a relação de significação no homem não é direta mas mediada. É por meio de imagens que o homem tem acesso ao mundo real e ao mundo imaginário, o que torna o conhecimento do mundo algo muito complexo e ampliado quando à imagem sensorial se agrega uma representação simbólica. A argumentação de Pino procura relacionar atividade prática e signo, signo e modelo E-R, pensamento e fala, aspectos importantes da construção teórica vigotskiana.

Na medida em que a cultura é o conjunto das obras humanas e o específico dessas obras é a significação, o desenvolvimento cultural da criança

é o processo pelo qual ela deverá apropriar-se das significações atribuídas pelos homens às coisas. Mas tal desenvolvimento estará comprometido se ela não tiver acesso aos bens materiais produzidos pelos homens que são portadores dessas significações (moradia, higiene, alimentação, direitos básicos). Isso traz a exigência do acesso aos bens culturais como parte necessária do desenvolvimento humano, deixando claro que o mecanismo da mediação semiótica opera como um conversor que, por meio do signo, permite transformar o que é alheio à criança – modos de falar, de agir, de pensar, de ver etc. – em algo que lhe seja próprio.

Percorrido o caminho teórico de explicitação dos conceitos teóricos da obra de Vigotski, Pino dedica-se, nos capítulos finais, a apresentar a metodologia e seu objeto de estudo. Em sua investigação foca seu olhar na observação dos primeiros meses de vida de uma criança buscando nela *indícios* que atestem o início desse processo de desenvolvimento cultural, o *momento zero cultural* da criança. Para tanto, apóia-se na metodologia do *paradigma indicial* desenvolvida por Ginzburg, Eco e Sebeok: por meio de sinais, pistas, infere-se o momento em que a criança entra em contato com a cultura. É assim, tecendo textos dos fios fornecidos pelos sinais emitidos pelo Outro, que o homem passa do plano da sensibilidade operativa da ordem da natureza para a atividade simbólica da ordem da cultura.

Sua pesquisa tem como sujeito uma única criança, do nascimento até um ano de idade, embora o período crítico para sua investigação sejam os seis primeiros meses. Ressalta que na qualidade de investigação semiótica a análise de indícios é constituída de atos de interpretação. Para isso, o autor opta por selecionar momentos da vida da criança que possam fornecer os indícios que procura. Um aspecto im-

portante é que na perspectiva histórico-cultural o que constitui o objeto de interesse da pesquisa não é o fato em si, mas o processo que dá lugar à existência desse fato; assim, o que interessa é o processo de transformação das funções biológicas pela ação da cultura.

Pino registrou em vídeo suas observações e para sua análise construiu um quadro de indicadores de desenvolvimento que constituíam manifestações primordiais da atividade biológica em curso na criança de fácil observação: o choro, os movimentos e gestos, o olhar, o sorriso e a combinação de vários deles. O choro, por exemplo, inicialmente se constitui como função nitidamente orgânica para depois adquirir o valor de meio de expressão de sentimentos, assim como os demais indicadores por ele apontados. A partir de suas observações e registros o autor define gradientes de evolução das funções iniciando no *nível 0*, que seria o momento inicial quando ainda não existe interação do recém-nascido com o novo meio humano ou cultural (momento zero cultural), até o *nível 6*, a aparição do “diálogo” pela emissão de sons próximos da fala e uma busca da criança de estreita comunicação com os que lhe são mais próximos, acompanhando com interesse as ações deles. Pino finaliza o livro deixando claro que procurou nesse estudo conferir aos gradientes da evolução biológica as “marcas do humano”. Seu esmerado estudo pode ser uma obra de referência para todos os que querem estudar Vigotski em virtude da abordagem criteriosa e respeitosa das idéias do autor, o que permite ampliar nossa visão, de forma singular, a respeito do desenvolvimento cultural da criança.

Adriana Hoffmann Fernandes
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: hoffadri@yahoo.com.br

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. 398 p.

A Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Programa de Publicação de Teses e Dissertações, sob a coordenação da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Graduação, presenteou os historiadores da educação brasileira com a publicação da tese de doutorado em história da professora Adriana Maria Paulo da Silva.

Na tese, publicada em livro, Silva analisa o processo de institucionalização das escolas de primeiras letras na capitania, e depois na província de Pernambuco, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Para tanto, manejou riquíssimo e volumoso conjunto de séries documentais, impressas e manuscritas, preservadas em diversos acervos públicos no Rio de Janeiro (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e Recife (Arquivo Público Estadual João Emerenciano, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e Laboratório de Pesquisa e Ensino de História do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE). Além do fôlego e do impecável tratamento analítico das fontes primárias, a autora dialoga com farto material bibliográfico e produção acadêmica atualizada, nacional e internacional, sobre a temática investigada. Por meio de profundo trabalho de leitura, erudita e crítica, Silva constrói o seu objeto de investigação, ao mesmo tempo, alargando e aproximando as fronteiras, enganosas, fluidas e móveis,

entre trabalhos que se situam tanto nos campos da história social, econômica, política e cultural, quanto no campo específico da história da educação e da escolarização.

O livro encontra-se dividido em quatro partes, uma Introdução e três alentados capítulos, nos quais são analisados com riqueza de detalhes, respectivamente: as práticas locais e interdições às primeiras letras na América portuguesa, no âmbito das leis e dos alvarás régios da chamada “Reforma Pombalina” e das políticas de censura e controle da circulação de produção escrita (impressa e manuscrita), bem como os efeitos concretos das experiências de escolarização, de acesso e interdição, vividas na capitania de Pernambuco entre 1759 e 1800, com destaque para os mecanismos de arrecadação e limites de despesa do subsídio literário; as práticas docentes e o funcionamento da instrução pública em fins do século XVIII e primeira metade do XIX, especialmente as representações sobre as condições de trabalho docente e as redes de relações locais nas quais participaram, manejaram e se sujeitaram professores públicos e particulares; os alunos das escolas públicas primárias de primeiras letras, a presença manifesta da heterogeneidade étnica, cultural e social da população da província de Pernambuco nas listas e nos mapas de matrículas das escolas, composta por uma maioria de indivíduos livres de cor (então chamados de negros, mestiços, pardos e pretos, conforme os diferentes lugares e pertencimentos sociais).

Na Introdução (p. 17-27), o objeto de investigação, assim como o processo de pesquisa, é apresentado aos leitores. O recorte cronológico escolhido para o estudo refere-se a dois momentos significativos da política de instrução pública: no primeiro, descorrinam-se os desdobramentos do Alvará Régio de 1759, responsável pela cria-